Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

30 de junho de 2025 com Relatório do Auditor Independente

Relatório de Administração Junho de 2025



Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 30 de junho de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. encerrou o semestre de 2025 com um lucro de R\$ 1,07 milhão. A Administração mantém foco no controle de custos e busca uma gestão eficiente do caixa.

Índice de Basiléia

A Corretora adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2025, o Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial era de 22,24 %.

Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de risco do BCG Brasil S.A., líder do conglomerado, garante o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes à atividade da Instituição. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Agradecimentos

A Administração da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. agradece ao seu acionista Banco Caixa Geral - Brasil S.A. e a Caixa Geral de Depósitos de Portugal (Controladora do Grupo CGD no Brasil) pelo apoio recebido e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	Q



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6° ao 9° andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ausência de valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352/2023 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Henrique Furtado Maduro Contador CRC 1SP-291892/O

Balanço patrimonial 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2025
Ativo Disponibilidades	4	1
Ativos financeiros ao custo amortizado Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	25.335 25.335
Outros ativos Diversos	6	1.317 1.317
Total do ativo	,	26.653
Passivo e patrimônio líquido Provisões	7	159
Outras obrigações Diversos	8	710 710
Obrigações fiscais diferidas	10. c	331
Patrimônio líquido Capital social De domiciliados no país Reserva legal Reserva especial de lucro	11. a	25.453 12.595 12.595 2.519 10.339
Total do passivo e patrimônio líquido		26.653

Demonstração do resultado Semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	Jun/2025
Receitas da intermediação financeira Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez Resultado bruto da intermediação financeira	14	1.631 1.631 1.631
Outras receitas (despesas) operacionais Outras despesas administrativas Despesas tributárias Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais	15 16 17 18	(160) (249) (86) 188 (13)
Resultado operacional		1.471
Resultado não operacional		<u> </u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.471
Imposto de renda e contribuição social Provisão para imposto de renda Provisão para contribuição social	10.a	(401) (246) (155)
Lucro (prejuízo) líquido dos semestres		1.070
Quantidade de ações do capital social - lote de mil Lucro por lote de mil ações - em R\$	11.a	4.686 228

Demonstração do resultado abrangente Semestre findo em 30 de junho de 2025. (Em milhares de reais)

	Jun/25
Lucro líquido do semestre	1.070
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total	1.070

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para o semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2024	12.595	2.519	9.269	-	24.383
Lucro do semestre Constituição de reservas		- -	1.070	1.070 (1.070)	1.070
Saldos em 30 junho de 2025	12.595	2.519	10.339	-	25.453

Demonstração dos fluxos de caixa Semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Jun/25
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre		1.070
Fluxos de caixa das atividades operacionais Redução/(aumento) em outros ativos (Redução)/aumento em outras obrigações Provisões pagas Impostos pagos Caixa líquido (aplicado) oriundo nas atividades operacionais		(273) (1.508) 565 (521) (1.737)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(667)
No início dos semestres/exercícios No fim dos semestres/exercícios	4	26.003 25.336
Redução de Caixa e Equivalente de Caixa		(667)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

Os valores comparativo relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras, considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução nº 4.966/21 do CMN, e na Resolução nº 352/23 do Bacen.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras, e posteriormente para o ano de 2022, a Resolução CMN nº 4.910/21 . O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade das diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; c) Divulgação dos resultados não-recorrentes.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- Resolução nº 4.924/21 Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 4.910/21 Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 4.818/20- Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 4.818/20 Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.924/21 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.924/21 Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 2/21 Resultado por ação;
- Resolução nº 4.924/21 Mensuração do valor justo;
- Resolução nº 4.877/20 Benefícios a empregados;
- Resolução nº 4.966/21 Instrumentos Financeiros; e
- Resolução nº 4.975/21 Arrendamento Mercantil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 08 de setembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

Para a CGD Corretora com a implementação da Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, a partir de janeiro de 2025, realizamos a reclassificação conforme normas do Bacen dos ativos e passivos para custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) <u>Instrumentos financeiros</u>

De acordo com a Resolução 4.966/21, do BACEN, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização.

- (i) Custo Amortizado o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas, o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- c) Títulos e valores mobiliários--Continuação
 - (iii) Valor Justo no Resultado (VJR) os demais ativos

A Corretora, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

 Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais--Continuação
 - Provisão para risco são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
 - Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
 - Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se às demandas administrativas ou
 judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns
 tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas
 demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de
 acordo com a legislação vigente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Jun/2025
Disponibilidades (nota 12) Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 12)	1 25.335
Aplicações em depositos interimanceiros (nota 12)	25.336

As aplicações em CDI com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 25.336 estão indexadas a 100% do DI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

		Jun/2025	
	Até		
	3 meses	a 1 ano	Total
Custo Amortizado			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.862	20.473	25.335
Total	4.862	20.473	25.335

6. Outros ativos - diversos

	Jun/2025
Impostos e contribuições a compensar	331
Devedores por depósitos em garantia	157
Rendas a receber*	828
Outros	1
Total	1.317
Não circulante	1.317

^{*}Refere-se a processo judicial de indenização por danos materiais

7. Provisões

	Jun/2025
Fornecedores a pagar	2
Publicação e serviços de assessoria	60
Provisão honorários	97
Total	159
Circulante	159

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

8. Outras obrigações - diversas

	Jun/2025
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	401
Impostos e contribuições a recolher	14
Credores - conta liquidações pendentes	295
Total	710
Circulante	415
Não Circulante	295

9. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e obrigações legais

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Em 30 de junho de 2025, a Corretora possui 2 processos de natureza trabalhista classificados como possível, no montante de R\$ 932.

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

10. Imposto de renda e contribuição social

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	Jun/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro	1.471
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	(576)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	(2)
Outras provisões	(2)
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	177
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do exercício	(401)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	2025
Prejuízo fiscal e base negativa	13.207
Outras provisões temporárias	155
Total de créditos tributários não contabilizados	13.362

c) Composição de obrigações diferidas

	2025
CSLL a recolher - Outros	(124)
IRPJ a recolher - Outros	(207)
Total de obrigações diferidas	(331)

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Realização/		
	Dez/24 Constituição		Jun/25
CSLL a recolher - Outros	(124)	-	(124)
IRPJ a recolher - Outros	(207)	-	(207)
Total	(331)	-	(331)

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas

Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizava R\$ 294.

O saldo do diferido de R\$ 331, possui expectativa de realização de até 2 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado de R\$12.595, está representado por 4.685.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.

b) <u>Destinações do lucro líquido</u>

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

Em junho de 2025, a Corretora pagou juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 1.900, aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2025.

c) Reserva legal

A legislação societária prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Em 30 de junho de 2025, não foram constituídos novos valores para a reserva legal, uma vez que já representa 20% do capital social da empresa.

d) Reservas especiais de lucros

As reservas especiais de lucros foram constituídas em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 4.872/20. Conforme estatuto social, foram constituídas reservas de lucro de R\$ 1.069.

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado da Corretora. Em 30 de junho de 2025, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

12. Transações com partes relacionadas

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	Jun/25		n/25
	Grau de relação	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
Disponibilidades Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	1	-
Aplicação interfinanceiras de liquidez Banco Caixa Geral - Brasil S.A	Controladora	25.335	1.631

13. Gerenciamento de riscos - Acordo da Basiléia

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/GestaoRisco/Paginas/GestaoDeRisco.aspx.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.958/21, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basiléia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A., apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 30 de junho de 2025, é de 21,70%

14. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Jun/25
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 12)	1.631
Total	1.631

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

15. Outras despesas administrativas

	Jun/25
Processamento de dados	(9)
Serviços do sistema financeiro	(31)
Serviços técnicos especializados	(191)
Serviço de terceiros	(5)
Publicações	(13)
Total	(249)

16. Despesas tributárias

	Jun/25
COFINS PIS Outras	(73) (12) (1)
Total	(86)

17. Outras receitas operacionais

	Jun/25
Atualização de depósitos judiciais	20
Restituição RFB	168
Total	188

18. Outras despesas operacionais

	Jun/25
Contribuição entidade de classe	(8)
Provisão para sucumbência	(5)
Total	(13)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

19. Resultados não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No primeiro semestre de 2025 não tivemos reconhecimento de resultados não recorrentes.

20. Eventos Subsequentes

Não há eventos subsequentes no período.

A Diretoria

Contadora Nayra F. de S. Ribas CRC 1SP-347146/O-3